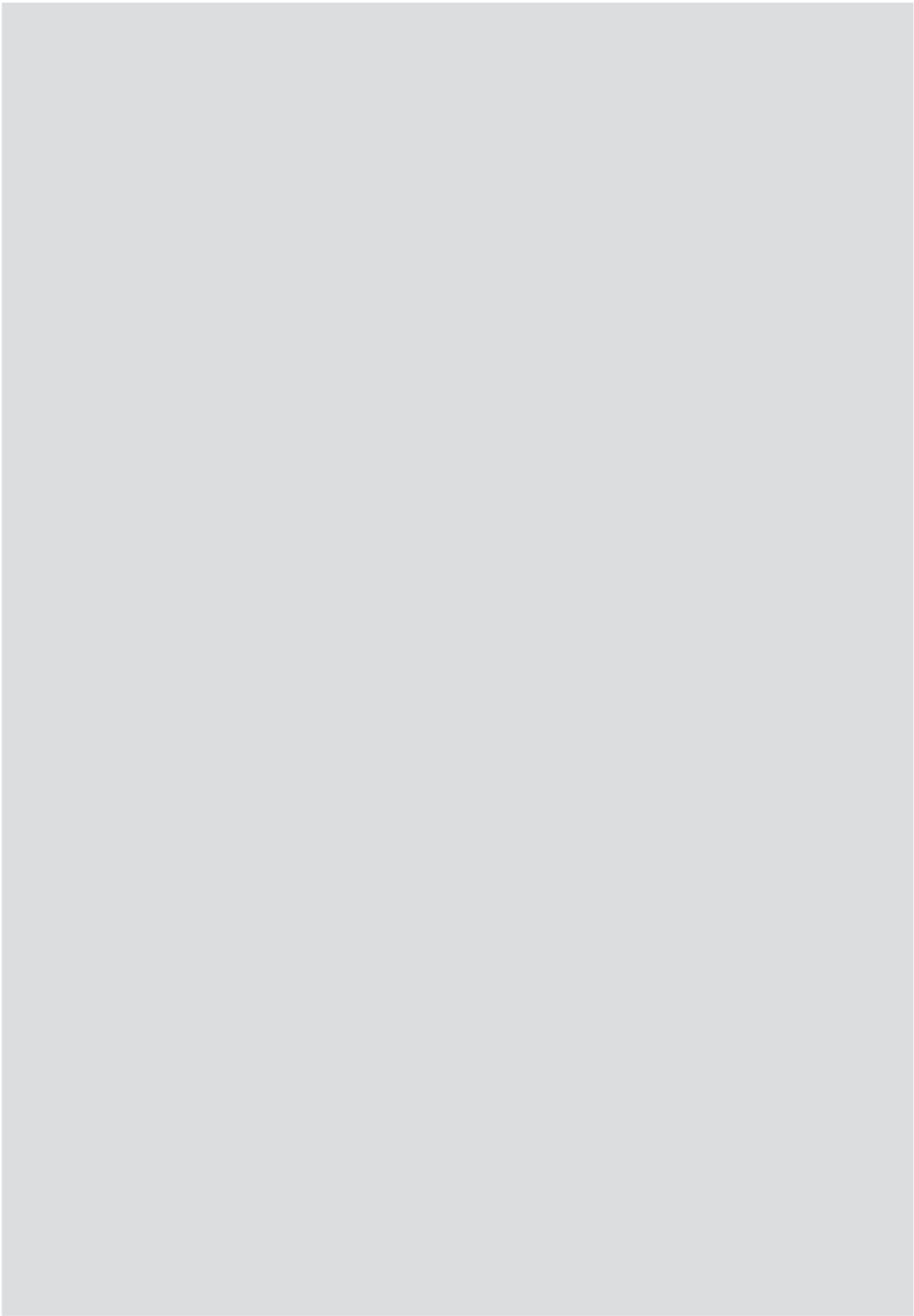


**CÍCERO GOMES
CORREIA**

a questão agrária em
Manuel Correia de Andrade

Sociólogo e Doutor
em Educação na
Universidade
Federal do Rio
Grande do Norte





Neste artigo, pretendemos destacar alguns aspectos da questão agrária na obra de Manuel Correia de Andrade. Dado o caráter desta exposição, nos limitaremos em tocar em algumas questões que consideramos centrais. Sabemos, portanto, que o tema é bastante complexo e que a própria concepção do autor não é simplista.

A análise cristalina e quase poética de Andrade para analisar tal questão é estimulante porque não dá a última palavra sobre o assunto e nos leva a dialogar com seus escritos. Percebemos também, ao ler suas obras, pelo menos as relacionadas à questão agrária, que o autor esteve sempre atualizado seus trabalhos em relação aos novos dados apresentados pela realidade.

A questão agrária, tema que assumiu fundamental importância a partir da segunda metade dos anos 1950, volta a ser debatido a partir de meados dos anos 1990, nos meios acadêmicos e nos movimentos sociais do campo, ainda de forma muito tímida. Consideramos este um tema vital da sociedade brasileira porque a questão agrária continua sem solução. Acreditamos que, para discutir a realidade brasileira hoje, é necessário abrir outros espaços e eventos para o debate que, sem dúvida, proporcionará o florescimento de novas ideias e interpretações sobre assunto tão sério que necessita de alternativas para uma verdadeira reforma agrária, sem a qual a nação e cidadania continuarão inconclusas¹.

Os escritos de Manuel Correia de Andrade sobre a questão agrária foram produzidos em vários contextos de intenso debate. Na década de 60, por exemplo, esse debate chamou a atenção do mundo acadêmico e tomou conta das rodas políticas e dos programas partidários, pois a sua interpretação implicava a definição das estratégias de mudanças socioeconômicas do país. Naquela época, confrontaram-se basicamente os que analisavam a realidade agrária como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo e até com resquícios feudais. Entre seus principais defensores estavam Alberto Passos Guimarães (*Quatro Séculos de Latifúndio*), Moisés Vinhas (*Problemas Agrários – Camponeses do Brasil*), etc. E tinha, como combinação partidária, as teses defendidas pelo PCB e PC do B².

¹ O livro *Questão agrária hoje*, coordenado por João Pedro Stédile, lançado pela Editora Universitária, UFRGS, 1994, faz um esforço em apresentar as principais tendências interpretativas do problema, contribuindo, assim, para estimular, mesmo nos dias atuais, o debate sobre a questão.

² *Ibidem*.

De outro lado, defendia-se as teses de que no Brasil nunca havia existido feudalismo, de que o capitalismo estava se desenvolvendo no campo e que era predominante, como também que as relações sociais de produção existente não eram entrave ao desenvolvimento capitalista, mas caracteriza-se por um certo tipo de capitalismo, concentrador, dependente, etc. Entre esses defensores encontravam-se principalmente Caio Prado Júnior (Revolução Brasileira), Rui Marini e André Gunder Frank.

Dessas teses, resultaram estratégias diferentes para o papel da Reforma Agrária, das alianças e das mudanças socioeconômicas no campo e no Brasil como um todo.

Veio a ditadura militar (1964-1965) e, de certa forma, esse debate foi mutilado, proibido, mas a realidade agrária continuou desenvolvendo-se. Veio o período de abertura política. Ressurgiram os movimentos sociais no campo, de luta pela reforma agrária. E o debate reacendeu-se a partir dos anos 1980. Reacendeu nas universidades, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e nas organizações não-governamentais, como ficaram conhecidas as entidades que assessoravam ou atuavam no campo como apoio aos movimentos de trabalhadores. Reacendeu-se esse debate também na igreja, nas pastorais populares.

Mas esse debate se reacendeu num novo patamar. Não mais no mesmo âmbito de polêmica que existia nos anos 1960. A nova realidade agrária foi determinante para isso. O debate não é mais se o capitalismo predomina ou não nas relações sociais e de produção na agricultura brasileira. Todos concordam. Pode-se divergir e pesquisar sobre a natureza e as diferenciações existentes desse desenvolvimento. Não sobre sua predominância³.

Onde se situa Manoel Correia de Andrade nesse debate sobre a questão agrária?

Não temos a menor intenção, neste artigo, de enquadrar Andrade em determinadas concepções sobre a questão agrária, mais deixar que seus próprios escritos o situem nesse debate.

³ *Op. Cit.*

ALGUNS ASPECTOS DA ORIGEM DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

A questão agrária presente na obra do autor é o resultado de um longo período de estudos, reflexões e pesquisas sobre a realidade rural e seu entrosamento com a problemática urbana. Na realidade, existem múltiplos aspectos sociais, políticos, econômicos e geográficos na obra de Andrade. Essa interdisciplinaridade é uma característica que dá uma maior complexidade aos seus escritos. O autor nos mostra em seu famoso livro: “A terra e o Homem no Nordeste”, os tipos de relações existentes na primeira metade do século XX não como um fato isolado, mas como decorrência de uma evolução, com avanços e recuos, que começou no século XVI, ao iniciar o processo de colonização⁴. Segundo o autor, esse processo de colonização ainda se efetiva, face à grande porção de espaço por ocupar a dominância de uma política econômica voltada para o atendimento do mercado externo⁵.

O Brasil tem uma política concentradora de rendas e é dependente de decisões tomadas nos países metropolitanos por empresas multinacionais, que elaboram um modelo de produção e utilização do espaço que torne cada vez maior a acumulação do capital. Tal política econômica é responsável pela concentração social e espacial da renda no Brasil e pela baixa qualidade de vida da população.

Do estudo das relações de trabalho no campo, Andrade passou a se preocupar, mais especificamente, com a concentração da propriedade e com as ligações entre propriedade fundiária e o poder público. Observa, também, os padrões fundiários regionais, nacionais e as políticas do governo no sentido de tornar a agricultura mais rentável e de propor indicativos para um maior padrão de produtividade. Como desdobramento desses estudos e observações, o autor publicou nos anos 1970, dois livros sobre essas questões: *O Planejamento regional e o problema agrário no Brasil*, em 1977 e, *Agricultura e capitalismo*, em 1979.

Em “Latifúndio e a questão agrária no Brasil”, o autor trata da estrutura fundiária, da concentração de terras em poucas mãos e da especulação das mesmas como reserva de valor e baixa utilização. Assim, o latifúndio caracteriza-se como empresa antissocial.

⁴ ANDRADE, M. Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1980.

⁵ *Ibidem*.

Diz ainda Andrade (1980, p. 15)⁶ que quando

se estuda a questão agrária, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista empírico, de análise dos problemas em determinadas áreas e em certos momentos históricos, observa-se que um dos problemas mais sérios, mais difíceis, é o da forma como se distribui a propriedade da terra entre os habitantes de um país ou o de uma região, ligado ainda ao problema da maior ou menor facilidade de acesso à propriedade da terra, por parte de agricultores não proprietários.

A estrutura fundiária correspondente, portanto, a uma situação dada, em um momento histórico, quando se observa quando está organizado a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que, segundo Andrade (1980, p. 15-16)⁷, são o resultado de uma evolução histórica, de uma opção política e do nível tecnológico existente.

O autor observa ainda que

[...] O sistema implantado com o início da colonização, quando se transferiu para o Brasil a Lei portuguesa das sesmarias, permitiu que as pessoas da baixa nobreza recebessem grandes lotes de terra com a obrigação de explorá-las usando mão-de-obra compulsória, índios e negros escravizados. Permitiu ainda que, os posseiros que ocupavam as terras, fossem expulsos ou se transformassem em empregados e dependentes dos grandes proprietários que viviam nas capitais a cortejar os governantes⁸.

No intuito de fundamentar a estrutura fundiária no Brasil, Andrade (1980) nos reporta ao século XIX e mostra que a extinção do sistema de sesmarias e a sua substituição pelo reconhecimento da propriedade de quem tivesse a posse da terra veio a consolidar o latifúndio, uma vez que o grande posseiro tinha maior acesso ao poder público e maior facilidade de reconhecimento de seus direitos eventuais do que o pequeno posseiro que vivia lavrando a terra a grandes dis-

⁶ *Op. Cit.*

⁷ *Ibidem.*

⁸ *Ibidem.*

tâncias dos centros de poder. Assim o sistema de posses veio permitir a consolidação de grandes propriedades, da mesma forma que o das sesmarias permitiu a formação de verdadeiros principados de algumas famílias.

Em 1850, a Lei de n. 601, conhecida como Lei de Terras, veio eliminar o sistema de posses, gerando propriedades e substituindo-o pela venda de terras devolutas, permitindo a colonização. Tal colonização foi feita, sobretudo, visando prover o país de mão-de-obra para as grandes fazendas, uma vez que o colono da terra necessitava receber uma remuneração em dinheiro para investir no mesmo.

Com a proclamação da República, passou a legislar sobre as terras devolutas e estes adotaram critérios os mais diversos, todos eles, porém, favorecendo a concentração da propriedade, beneficiando os grandes proprietários. Entre outros, muitas vezes as concessões de terras eram feitas levando-se em conta a posse da terra ou a capacidade de beneficiamento de terras antes inexploradas. Os índios e os pequenos proprietários continuaram a ser explorados.

Essa genealogia feita por Andrade é de fundamental importância para a compreensão da questão agrária, uma vez que o mesmo trabalha com o método de Marx para apreender a realidade nos respectivos momentos históricos. Percebe-se também que o autor está sempre acrescentando novos dados a cada reedição de suas obras.

Um outro aspecto abordado sobre a questão agrária na obra do autor é o de que as grandes propriedades não estão apenas nas mãos dos latifundiários, mas também nas empresas comerciais, industriais e bancárias. Têm condições de se beneficiar de toda política governamental que favorece e ampara a agricultura ao ponto de absorver o crédito em sua maior porção, de alcance à aquisição de instrumentos agrícolas e de citar normas à comercialização da produção. Sem crédito, não há possibilidade de aumento da área cultivada.

Os projetos governamentais e os planos regionais não têm contribuído para a resolução dos problemas agrários no Brasil porque, como diz Manuel Correia de Andrade, “são elaborados para atender os interesses de grupos”.

HÁ SOLUÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Como solucionar então o problema das propriedades da terra e os sistemas de poder no Brasil?

É nesse ponto que o autor procura relacionar a resolução do problema urbano e agrário. E faz um alerta aos governos da necessidade da participação das classes menos favorecidas, face ao controle dos sindicatos e à destruição das Ligas Camponesas e, conseqüentemente, não almejou a reforma agrária. Conforme Andrade (1980, p. 89), “a reforma agrária só é feita quando há uma mudança das estruturas de poder com ascensão das classes dominadas e tomadas de poder às classes mais favorecidas, dominantes”.

O governo Brasileiro, por meio das leis básicas promulgadas em 1963 e em 1964 – Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra – procurou, ao mesmo tempo implantar um processo de modernização que destruísse as formas pré-capitalistas, segundo o autor, ainda existentes no campo, expandindo o modo de produção capitalista e promovendo uma reestruturação que fortalecesse e ampliasse a classe média rural. Acentuando-se a aplicação do modelo capitalista, na década de 1970/1980, ocorreu que nem a reestruturação agrária foi estimulada, tendo toda a política acionado o dispositivo de mera modernização favorecendo a formação de grandes empresas capitalistas, a penetração das empresas transnacionais na exploração agrícola e na proletarização e empobrecimento do trabalhador rural. Essa política ligada ao processo inflacionário e à crise do capitalismo, estimulou ainda a especulação imobiliária e consolidou a área e dominação do latifúndio improdutivo e espoliador.

Estes fatos apreendidos, conforme o autor,

conscientizam os estudiosos do problema agrário de que uma reforma agrária torna-se necessária a curto prazo, pois o problema da terra, a questão agrária, é um dos principais problemas que entrava o desenvolvimento do País. Sem a solução da questão agrária as outras grandes questões não podem ser resolvidas.

ALGUMAS CONCLUSÕES INACABADAS

O autor, seguidor do método de Marx, acrescentaria outros elementos da realidade a sua análise da questão agrária se ainda estivesse no meio de nós e, supomos, continuaria propondo alternativas aos grandes desafios que se apresentam na dinâmica da sociedade brasileira contemporânea.

Os escritos que aqui destacamos referem-se a um determinado período histórico em que a apreensão da realidade estava, de certa forma, relacionada ao movimento vivo, às múltiplas relações sociais tecidas naquele momento.

Percebemos que algumas das questões centrais, como o processo de concentração das terras no Brasil, continua como uma referência para o entendimento da questão agrária. Como cientista social, Andrade contribuiu com sua vasta obra científica no campo da geografia, sociologia, economia, política, cultura, meio ambiente etc., para o esclarecimento de questões fundamentais referentes ao tema em questão. A sua produção científica aponta para um esforço interdisciplinar e, com isso, enriquece mais a ciência e sinaliza a possibilidade de uma elaboração teórica mais complexa para o entendimento da realidade. Não que essa questão seja nova ou que a intenção do autor era essa.

Outra contribuição está nos estudos das especificidades das grandes regiões do Brasil e da necessidade de compreensão destas, tendo em vista propostas que apontem soluções para os problemas.

Conforme falamos anteriormente, não vemos o autor com alguém que procura enquadrar a realidade num esquema teórico. Mas um cientista inquieto que procurou elaborar a teoria, sem negar as contribuições já produzidas, a partir da dinâmica da realidade.

Compreendemos que, com um olhar novo sobre as fontes já utilizadas para análise da realidade, pode-se chegar a outros esclarecimentos, a outras interpretações. As fontes, os dados de uma realidade oferecem a possibilidade de apreender múltiplos aspectos de uma realidade complexa. Não que os achados de um cientista social estejam incorretos, mas que a realidade é muito mais complexa do que sonha nosso frágil paradigma científico.

Possivelmente, num estudo mais aprofundado sobre o autor e suas fontes pesquisadas sobre a questão agrária, chegaríamos à confirmação e a contrapontos inevitáveis, conforme podemos verificar em alguns estudos de autores mais recentes.

Os destaques que fizemos acima estão situados nos processos históricos concretos, mas que, sem dúvida, continuam atuais nessa primeira década dos anos 2000, uma vez que a questão agrária no Brasil, a partir das carências da sociedade, ainda não foi solucionada. Pelo contrário, numa época de globalização da economia, o desafio continua vivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

_____. *Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Editora Guararapes Limitada, 1981.

_____. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. aum. São Paulo: Cortez, 2005.

STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.